



Você prefere um governo ditatorial ou democrático? Possibilidades de discussão sobre a ditadura civil-militar brasileira em sala de aula a partir de uma pesquisa de opinião realizada pelos alunos

BÁRBARA VIRGÍNIA GROFF DA SILVA*

O golpe que implantou uma ditadura civil-militar no Brasil em 1964 completou cinquenta anos em 2014. Por ser um passado ainda presente, diferentes discursos e notícias relacionados a este contexto estavam sendo veiculados e discutidos pela mídia naquele ano. Além do aniversário do golpe, que para alguns grupos sociais foi uma revolução, havia as finalizações do relatório da Comissão Nacional da Verdade (entregue à presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2014) e a exumação do corpo do presidente João Goulart, processo este que havia se iniciado no final de 2013 e apresentou seus resultados também no mês de dezembro de 2014.

Este trabalho pretende expor e problematizar uma atividade desenvolvida no ano de 2014 em sala de aula com alunos do segundo ano do ensino médio de uma escola pública estadual de Porto Alegre (RS) sobre a ditadura civil-militar brasileira. A proposta era discutir os conceitos de ditadura e democracia, levando em consideração o contexto histórico brasileiro. Conforme já mencionado, o ano de 2014 propiciava que diferentes discursos de memórias sobre a ditadura civil-militar fossem veiculados em diferentes meios de comunicação, como Internet, rádio, televisão, jornais e revistas, proporcionando o debate em sala de aula sobre esses usos do passado para legitimar e enquadrar memórias do período ditatorial.

A escolha por trabalhar com esses discursos em sala de aula leva em consideração que o aprendizado da história não está restrito ao sistema escolar, havendo diferentes agentes e espaços de interação que possibilitam diversas aprendizagens. Entretanto, sendo a sala de aula um dos espaços de atuação do historiador, torna-se importante que este profissional trabalhe com esses usos do passado de maneira a permitir um momento de debate, reflexão e crítica racional por parte dos alunos, porque são jovens que não vivenciaram o período ditatorial (pois nasceram entre 1997 e 1999), porém vivem em uma sociedade democrática com legados autoritários.

* Graduada em História pela UFRGS. Atualmente, é mestranda em Educação pela PUCRS (bolsista CAPES/PROSUP). Professora de História da rede estadual do Rio Grande do Sul.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira abordará questões relacionadas com as memórias da ditadura civil-militar brasileira, suas batalhas e enquadramentos, que de uma maneira ou outra demonstram que esse passado está presente e que a atual democracia apresenta muitos vestígios daquele estado de exceção. A segunda parte discutirá questões relacionadas ao ensino de história e o papel estratégico desempenhado pela escola dentro da sociedade como um espaço para discussão e reflexão de temas que estão presentes na sociedade atual e interferem de alguma maneira no cotidiano das juventudes. A última parte apresentará a atividade em si, narrando o que surgiu com a execução dessa prática de ensino.

Batalhas de memórias: resistência, golpe, revolução, democracia e ditadura.

Toda a escrita da história está atrelada a uma correlação de forças que disputam os sentidos do passado para determinados grupos sociais. Entretanto, existem contextos históricos que apresentam de maneira mais acirrada esta disputa, principalmente quando foram experiências traumáticas que de alguma maneira ainda reverberam no presente. A ditadura civil-militar brasileira é um exemplo dessa correlação de forças pelos sentidos e escritas da história. Pois o presente suscita perguntas que produzem memórias distintas e conflitantes. A proposta dessa seção é discorrer por alguns discursos de memórias¹ que surgiram para esse contexto brasileiro e seus possíveis enquadramentos.

Com relação às memórias em disputa para o período da ditadura civil-militar, Benito Schmidt (2007) questiona, no título de seu artigo sobre os quarenta anos do golpe de 1964, se a “cicatriz está aberta” ou se é “página virada”. De acordo com o autor, o quadragésimo aniversário do golpe, em 2004, provocou o ressurgimento de distintos discursos sobre o período ditatorial dentro do espaço público, provocando disputas pela memória do contexto em questão. A batalha de memórias aconteceu a partir de duas perspectivas: o período ditatorial brasileiro aconteceu e está fixado no passado, não tendo correlação com o presente democrático do país, ou seja, é “página virada”. E, por outro lado, a ideia de que a “cicatriz está aberta” e a ditadura se torna presente quando, por exemplo, não há a abertura dos arquivos da repressão (de acordo com Schmidt, esse foi o motivo da batalha entre as memórias no ano de 2004).

¹ Ressalta-se que não será possível abarcar todos os discursos de memórias devido à proposta do artigo estar centrada em uma atividade em sala de aula e, também, à dinamicidade das batalhas de memórias, que se transformam e se recriam continuamente.

Benito Schmidt (2007) distingue três discursos que defendem a forma correta de lembrar (e ao mesmo tempo de esquecer) o período ditatorial brasileiro. O discurso governamental, o dos comandantes militares e o das vítimas e de seus familiares possuem significados diferenciados e buscam enquadrar uma memória para o contexto de ditadura civil-militar. Essas memórias enquadradas são distintas entre e si e geram conflitos entre os sujeitos que participam desses embates de memórias, pois cada memória afirma possuir legitimidade em relação as demais.

O conceito de enquadramento de memória foi elaborado por Michael Pollak (1989) para designar o trabalho de delimitação de memórias, um quadro de referências de um passado escolhidas para construir uma coesão interna e defender uma identidade de grupo.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989: 10).

O trabalho de enquadramento de uma memória de um grupo possui limites e necessita satisfazer certas exigências e justificação. É necessário organizar lembranças e esquecimentos. Silenciar aspectos que não podem ou não deveriam ser ditos publicamente. De acordo com Pollak:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (POLLAK, 1989: 11).

No que concerne ao discurso de memória dos militares, Eduardo Chaves (2014) afirma que a disputa pela memória se inicia com a escolha do termo utilizado para designar os acontecimentos entre os dias 31 de Março e 1 de Abril. Pelo discurso de memória, a deposição do presidente eleito João Goulart não ocorreu através de golpe, porém através de uma revolução (Revolução de 31 de Março de 1964). Esta Revolução é comemorada até os dias atuais pelas Forças Armadas. Os militares cumpriram a solicitação do povo brasileiro de

maneira a frear o avanço comunista, que iria acabar implantando uma ditadura comunista, como era na União Soviética. Dessa forma, segundo o autor:

Essa memória construída após 1964 e consolidada nas Forças Armadas cristalizou a imagem dos militares como “bons homens” que lutaram contra a tirania das esquerdas. Segundo essa memória, não há uma definição/delimitação precisa do que foram e o que são as esquerdas, suas propostas e práticas. Ela abarca uma diversidade de sujeitos que vão desde os herdeiros do varguismo, do nacional reformismo, até os setores mais radicalizados. Em suma, tal construção memorialística desenhou a ditadura civil-militar como um período de prosperidade, de abundância, de paz, de seriedade, em que os governos dos cinco generais presidentes fizeram o melhor que puderam à nação (CHAVES, 2014:58).

De acordo com o autor, os militares afirmam que perderam a batalha de memórias devido a posição revanchista que os esquerdistas possuem com relação ao período ditatorial, “falseando” a história da Revolução de 1964 e espalhando essa versão nas escolas, universidades e meios de comunicação. No entanto, Eduardo Chaves (2014) analisa uma coleção de quinze volumes de história oral produzida pela Biblioteca do Exército (BIBLIEX) e intitulada “31 de Março: o movimento revolucionário e sua história”. Essa coleção foi publicada em 2003, às vésperas do aniversário de quarentas anos da Revolução de 1964. Foram publicadas cerca de 250 entrevistas tanto de militares quanto de civis que atuaram em defesa da ditadura brasileira.

Conforme afirma o pesquisador, a publicação dessa coleção é uma maneira de lutar nesses embates de memórias, pois segundo os militares está circulando na sociedade uma versão “falsa” dos acontecimentos, que transforma os militares em pessoas más, que torturaram e mataram inocentes. O trabalho de enquadramento da memória está presente nessa coleção, através da organização e elaboração das entrevistas, da escolha dos entrevistados, das perguntas selecionadas e dos direcionamentos de respostas que os entrevistadores esperavam alcançar para que a memória das Forças Armadas permanecesse coerente e limitada dentro do que os organizadores desejavam para a coleção.

Daniel Reis (2000) argumenta que a memória da sociedade adquiriu uma simplificação dicotômica sobre o período ditatorial. De um lado está a ditadura, onde a truculência, a tortura e a exceção estão presentes, sendo esse tempo mais conhecido como “os anos de chumbo”. Enquanto que do outro lado, sendo bem demarcada essa diferenciação, está a “Nova República”, espaço da lei, reino da cidadania, onde a sociedade reencontrou sua vocação democrática. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que “[...] a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura (REIS, 2000: 9)”.

Segundo Daniel Reis (2000), houve diferentes enquadramentos de memórias para a ideia de democracia. O primeiro trabalho de enquadramento relaciona o golpe de 1964 com a defesa da democracia: para salvar o Brasil de um possível golpe que implantaria uma ditadura comunista com o auxílio da União Soviética, as Forças Armadas com o apoio de setores sociais conservadores apoiaram a defesa da democracia e instauraram uma Revolução que salvou o país do comunismo. Para que esse enquadramento fosse realizado de maneira satisfatória, o governo ditatorial investiu em propagandas e mecanismos educacionais para enquadrar a memória da “intervenção salvadora” que protegeu o país da ditadura comunista e ateia.

A defesa da democracia seria utilizada para outra cristalização de memórias: aquelas relacionadas com os propósitos das esquerdas armadas, que entraram em conflito direto com o governo ditatorial porque defendiam, acima de tudo, um governo democrático. Esse enquadramento está inserido nas memórias de resistências. Conforme argumenta Marcelo Ridenti (2004), houve uma resistência à ditadura pelos grupos armados de esquerda, entretanto, não foi uma resistência democrática, pois a ideia de democracia nos anos de 1960 não era valorizada nem pela esquerda e nem pela direita. De acordo com o autor:

O aspecto mistificador consiste na omissão de que as esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia nos moldes do pré-1964, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil depois do final da ditadura. Essa ideologia tende tacitamente a reduzir a luta pela revolução nos anos 60/70 a uma fase preparatória para a democracia brasileira tal qual está hoje estabelecida, legitimando assim o passado de muitos ex-guerrilheiros. Trata-se de uma versão da História conveniente para os que lutaram contra a ditadura e mais tarde chegaram a diferentes governos ou conseguiram uma inserção institucional, sem que houvesse mudanças de fundo na ordem social e econômica estabelecida (RIDENTI, 2014: 58).

Outro enquadramento da memória está relacionado ao termo ditadura militar. Quando se caracteriza a ditadura como militar, silenciam-se os setores civis conservadores que apoiaram o golpe e se beneficiaram das decisões decorrentes do período ditatorial. Dessa forma, a utilização da expressão ditadura civil-militar demonstra que setores sociais contribuíram com esse estado de exceção e que a sociedade não foi unicamente vítima desse período da história nacional. Não se pode esquecer que a ditadura foi um processo histórico-social construído por brasileiros. E que alguns legados autoritários permanecem presentes na atual democracia brasileira, pois conforme ressalta Daniel Reis:

Para além dos marcos cronológicos, porém, o fato é que a ditadura fez-se a democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência ou heroísmo, sem revoluções ou morte d'homem. Cordialmente, macunaimicamente, brasileiroamente. (REIS, 2000: 11).

Silvania Rubert (2014) menciona que a memória é uma estratégia de resistência e luta política. Desta maneira, nunca haverá apenas uma memória, mas sim disputas entre distintas lembranças. Mesmo que haja uma “memória vitoriosa”, as memórias secundárias continuarão existindo e poderão no futuro confrontarem-se com aquela vitoriosa. Sendo assim, a autora reitera o entrelaçamento de políticas de memória e de esquecimento. Com relação à ditadura civil-militar brasileira, a autora afirma que um dos maiores embates está relacionado a uma tentativa de negação desse passado e de produção de esquecimentos. Estes esquecimentos ocorrem devido ao Estado brasileiro não abrir seus arquivos da repressão e não revisar leis (principalmente a Lei da Anistia, nº 6.683/1979) que permitiram a impunidade daqueles que cometeram crimes contra a humanidade. Dessa forma, a herança que permanece para as gerações futuras não é de “memória, verdade e justiça”, porém de autoritarismo, práticas arbitrárias e impunidades. Silvania Rubert (2014) ressalta que a atual democracia brasileira é latente, não plena. Para essa plenitude ocorrer falta uma consciência político-democrática, além da mobilização social, da desconcentração do poder e da riqueza, da defesa dos direitos humanos e do combate à impunidade.

Sobre as políticas de memória da repressão, Carlos Gallo e Alfredo Gugliano (2014) analisam que a partir da década de 1990, ocorreram iniciativas que apresentaram avanços com relação aos direitos humanos e reconhecimento por parte do Estado brasileiro de sua parcela de culpa durante o período ditatorial. A lei nº 9.140/1995, conhecida como a Lei dos Mortos e Desaparecidos, foi um marco importante para a batalha das memórias, pois reconhecia que o Estado havia matado 135 pessoas contrárias à ditadura civil-militar. Os autores discorrem por todas as iniciativas de políticas de memória governamentais decorridas após a ditadura civil-militar até a primeira década de 2010, quando a iniciativa mais recente foi a elaboração e execução da Comissão Nacional da Verdade.

No entanto, os autores não deixam de ressaltar quatro legados autoritários presentes no Brasil democrático e que influenciam na qualidade da democracia atual. O primeiro é a manutenção da interpretação da Anistia “recíproca”. O importante é a “reconciliação nacional”, ou seja, esquecer no passado os atos cometidos pelos dois lados e ignorar que crimes contra os direitos humanos não foram julgados e que os criminosos estão impunes e livres na sociedade desde o final do período ditatorial. O segundo legado está relacionado a não abertura dos arquivos da repressão e à lei de sigilo documental, que impede que vítimas e seus familiares busquem através de documentos oficiais seus direitos à memória, à verdade e

à justiça. As prerrogativas militares² é outro legado que dificulta a possibilidade de democratização das relações civis-militares no país, favorecendo que a democracia atual seja uma democracia tutelada, pois, caso aconteça uma crise e setores conservadores possibilitem a intervenção direta dos militares, eles farão através dessas prerrogativas. O último legado relaciona-se à reprodução de resquícios de uma cultura autoritária, que aceita o desrespeito aos direitos humanos para alguns setores sociais e também para que a “ordem seja mantida”. Dessa maneira, a violência policial e a utilização da tortura como ferramenta de investigação e averiguação dos fatos são exemplos atuais desses resquícios.

Como é possível perceber, as batalhas de memórias sobre a ditadura civil-militar brasileira estão presentes na sociedade atual e são múltiplas, indicando que esse passado reverbera no presente e necessita ser dialogado com todos os setores sociais para que a perspectiva dos direitos humanos seja respeitada e consolidada no país. Resquícios ditatoriais e imagens cristalizadas do período não influenciam somente àqueles que vivenciaram o momento, mas os indivíduos que nasceram posteriormente também são perpassados por esses legados. A segunda parte do texto aborda questões relacionadas à escola, às juventudes e ao ensino da ditadura civil-militar em sala de aula.

A escola como um espaço estratégico para a discussão da ditadura civil-militar brasileira.

Considerando que os jovens aptos a cursarem o ensino médio estão entre a faixa etária dos quinze e dezessete anos, em 2014 o público escolar de ensino médio era composto, em sua maioria³, por pessoas nascidas entre 1997 e 1999. Dessa forma, esse público escolar nasceu depois do período ditatorial, e a ditadura é um passado que não foi vivenciado por

² As prerrogativas militares elencadas pelos autores são: militares controlando algumas agências de inteligências com pouca fiscalização parlamentar; os oficiais da ativa participam do gabinete governamental; a inexistência ou ineficiência do Ministério da Defesa (criado no Brasil em 1999); falta de rotina legislativa e de sessões detalhadas sobre assuntos de defesa; polícia e organizações paramilitares sob controle das Forças Armadas e existência de oficiais da ativa no comando das polícias locais; fraca influência do parlamento na promoção dos militares; pequenas possibilidades de os militares serem julgados por um tribunal civil; potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna e controle militar sobre áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação, etc) (GALLO & GUGLIANO, 2014: 294).

³ Não se pode esquecer que o ensino médio é uma etapa educacional que apresenta altos índices de repetência, evasão e distorção idade-série ocorridos durante o ensino médio, mas também herdados do ensino fundamental. Por isso, a faixa etária dos estudantes pode ser mais ampla, indo além dos dezessete anos.

eles, mas pelos seus familiares e pessoas próximas que possuem memórias e opiniões sobre o período em questão.

Esses jovens estudantes não podem ser delimitados apenas por faixas etárias. Conforme destaca Dayrell (1996), a escola possui o costume de visualizar seus estudantes como alunos, uma categoria homogênea que define a pessoa apta a estudar, sem levar em consideração as experiências que a pessoa traz para a escola e definindo que as expectativas e necessidades são iguais para todos os indivíduos que necessitam aprender os conteúdos disciplinares. Em contrapartida, o conceito de jovens remete a indivíduos que possuem uma história de vida e experiências sociais que os distinguem entre si e os transformam em sujeitos socioculturais.

Margulis e Urresti (2008) argumentam que as novas gerações estão abertas as suas próprias experiências, aliviadas das recordações das gerações anteriores. Os relatos, a memória social, a experiência das outras gerações estão presentes na sociedade ao mesmo tempo em que os novos sujeitos possuem seus impulsos e vontades de orientar suas forças para outros caminhos que não foram explorados pelas gerações anteriores. Diante desse quadro, a escola se apresenta como um espaço social estratégico, pois congrega sujeitos de distintas gerações e ainda possui espaço para discussões e reflexões distintas, com profissionais capacitados a oferecer um outro olhar para o que é cotidianamente comentado pela mídia ou pelo senso comum. Henry Giroux (2014) defende que a escola é um espaço de resistência a um autoritarismo planetário que surgiu a partir das políticas neoliberais do final do século XX. Conforme a opinião do autor, a escola é um dos poucos lugares restantes onde os estudantes podem desenvolver o pensamento crítico, o diálogo proveitoso, além de adquirir conhecimentos e habilidades para se tornarem cidadãos engajados. A instituição escolar é um dos espaços que oferece uma forma de resistência às tendências autoritárias presentes no mundo todo e os educadores devem se empenhar em lutar pela democracia em conjunto com os jovens e os demais componentes da comunidade escolar.

Com relação ao professor de história, essa relação entre gerações e legados histórico-sociais se torna cotidianamente presente na sala de aula. De acordo com Nilton Pereira(2007)

Ensinar história é uma atividade intelectual, porque ensinar exige método e teoria, na medida em que esses são os elementos fundamentais que garantem uma leitura crítica e conceitual do passado e da realidade do presente. Mas isso não significa que a transmissão do conhecimento histórico deixa de estar envolvida, inextricavelmente, nas relações sociais do presente. O espaço da sala de aula, diferentemente de uma série de outros espaços de aprendizagem, como a mídia, por exemplo, permite a crítica racional e possibilita a desconfiança intelectual em relação às evidências e ao senso comum (PEREIRA, 2007: 159).

À vista disso, Alessandra Gasparotto e Enrique Padrós (2010) afirmam que o desafio do ensino de história é a construção de pontes entre o presente e o passado, pois se torna necessária essa conexão para aproximar sujeitos com experiências distintas de vida com alguns legados sociais deixados por aqueles que estavam e estão atuando na sociedade há mais tempo. O objetivo não é o saudosismo do passado, porém utilizar essa ponte como geradora de inquietudes da realidade dos discentes.

Gasparotto e Padrós (2010) também ressaltam que a escola possui uma importância social estratégica para a discussão do período histórico em questão. Diante de uma política de esquecimento promovida pelo Estado brasileiro, a escola se torna um espaço possível para o debate do contexto histórico ditatorial e das implicações ainda presentes desse passado no Brasil atual com jovens que não vivenciaram o período, mas de certa forma sofrem as consequências de uma democracia que possui legados ditatoriais.

[...] o silêncio prolongado e o conseqüente desconhecimento sobre um período histórico tão controverso, passam uma percepção banalizada e desqualificada da importância do mesmo. No sentido societário, impedem que toda uma experiência coletiva de luta e resistência, na sua dimensão diversa e contraditória, possa ser apropriada pelas futuras gerações. Essas podem vir a precisar dessa experiência, no futuro, para enfrentar hipotéticas situações autoritárias e repressivas que, apesar de indesejadas, não podem, a priori, ser excluídas como possibilidades de um devir histórico que carrega sempre, a possibilidade de continuidades e rupturas; portanto, de avanços e recuos (GASPAROTTO E PADRÓS, 2010: 189).

Por ser um passado que é presente, ensinar a história da ditadura civil-militar brasileira é um desafio, pois os embates, os discursos de memórias, os enquadramentos e as disputas de sentidos que ocorrem em toda construção histórica, torna-se mais presente em contextos recentes. Por isso, como afirma Seffner (2010) uma aula de história se constitui de saberes da docência (de caráter prático e que o professor vai aprendendo ao longo do exercício docente); saberes da disciplina (clareza nas abordagens teóricas sobre história e sobre a reconstrução do passado para debater temas recentes e, principalmente controversos, como as experiências ditatoriais) e improvisos (o que não foi planejado, mas acontece e demanda respostas e decisões rápidas para a continuidade da aula), sendo que o objetivo é uma compreensão crítica do mundo em que vivem, sem ter o pressuposto de tornar os alunos “mini-historiadores”.

O objetivo de uma aula de História é a produção de saberes de natureza histórica que façam sentido aos alunos, que sirvam para que eles se indaguem acerca de sua vida social e familiar, de seus relacionamentos, de seus valores, de sua história, enfim. Podemos dizer que o objetivo de uma aula de História é a realização de aprendizagens significativas para os alunos, entendidas aqui como aprendizagens de conteúdos, conceitos, métodos e tradições que lhes sirvam para entender de

modo mais denso o mundo em que vivem. Em vez de denso, poder-se-ia mesmo dizer que temos como objetivo que os alunos tenham uma compreensão crítica do mundo em que vivem (SEFFNER, 2010: 213).

De acordo com Gasparotto e Padrós (2010), a escola e os professores são os interlocutores do diálogo da sociedade brasileira com o seu passado. Entretanto, há professores que optam por não trabalhar o conteúdo curricular da ditadura civil-militar brasileira com os discentes. O problema está no somatório entre a omissão curricular por parte do docente e a política de esquecimento organizado e induzido promovida pelo Estado brasileiro. Segundo os autores, a omissão curricular não deixa de ser uma agressão indireta, pois é sonogado aos jovens o conhecimento e as experiências das gerações anteriores, além do não cumprimento dos direitos à memória, à verdade e à justiça, preconizados para experiências traumáticas. Ao mesmo tempo, há uma política de esquecimento organizado e induzido que “[...] é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, o que impede a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum (GASPAROTTO E PADRÓS, 2010: 194)”. Maria Rita Kehl (2010) exemplifica essa política de silenciamento e esquecimento através da permanência da tortura como prática cotidiana da polícia brasileira. Por ser uma memória reprimida, que não foi considerada intolerável pela sociedade brasileira e não foram condenadas as pessoas que a praticaram, ela permanece como um “mal necessário” que se torna convincente para a maioria da sociedade brasileira. Dessa maneira “a tortura resiste como sintoma social de nossa displicência histórica (KEHL, 2010: 132)”.

Diante desses pressupostos, torna-se necessário abordar a temática da ditadura civil-militar brasileira em sala de aula, de maneira a apresentar os enquadramentos de memórias e as lutas ainda presentes sobre esse passado para as juventudes escolares, a fim de que se construa a ponte entre esses jovens e os diferentes passados relacionados com o período ditatorial, levando em consideração sempre o princípio da defesa dos direitos humanos. Escolher a maneira de trabalhar determinado assunto com os alunos é tarefa do professor, que possui independência e preparo intelectual para isso. Toda a escolha de conteúdo é uma escolha política e a imparcialidade é inexistente na organização de currículos e formas de abordar conteúdos com os discentes, independente da disciplina escolar.

Você prefere um governo ditatorial ou democrático? Elaboração e execução de uma pesquisa de opinião com alunos do ensino médio sobre a ditadura civil-militar brasileira.

A atividade a ser descrita foi realizada em uma escola estadual de ensino médio de Porto Alegre (RS). A escola possui somente ensino médio e no ano de 2014 contava com cerca de novecentos alunos divididos nos três turnos. A instituição está localizada na zona norte de Porto Alegre e por estar situada em um bairro onde se concentram muitas empresas, perto da Avenida Farrapos, o público escolar, em sua maioria, não mora perto da instituição e utiliza ônibus como meio de transporte.

O público escolar selecionado foram os alunos do segundo ano do ensino médio do turno da manhã. Em 2014, a escola contava com sete turmas de segundo ano diurno, totalizando aproximadamente 210 discentes. A escolha por trabalhar com o tema da ditadura civil-militar ocorreu devido ao cinquentenário do golpe de 1964, a repercussão que essa efeméride gerou na imprensa, as lembranças e os discursos que os alunos traziam para a sala de aula dos familiares ou conhecidos que viveram nesse período e ao conteúdo programático que indicava o estudo dos conceitos de ditadura e democracia.

Segundo mencionado, o objetivo de uma aula de história não é formar “mini-historiadores”, mas construir pontes entre o passado e o presente, de maneira que os alunos consigam compreender o mundo de maneira mais crítica, utilizando-se de conteúdos, conceitos ou métodos aprendidos em sala de aula. Aproveitando o contexto dos cinquenta anos do golpe de 1964 e as batalhas de memórias que voltaram novamente sobre o assunto, foi pensada uma pesquisa de opinião que seria realizada pelos discentes com as pessoas próximas a eles.

Cada aluno seria responsável por entrevistar cinco pessoas próximas nascidas entre 1960 e 1980. As pessoas deveriam responder a seguinte pergunta: você prefere um governo ditatorial ou democrático? Por quê? O discente anotaria a resposta, além de trazer alguns dados a mais sobre o entrevistado, como a escolaridade, idade e sexo. Essa seria a primeira parte da tarefa. Depois, com os dados coletados, cada turma foi dividida em oito grupos, que ficaram responsáveis pela contagem das variáveis da pesquisa e da produção do gráfico. Para a contagem e produção dos gráficos foi solicitada a participação dos professores de matemática que aceitaram trabalhar em conjunto nesse projeto. Cada turma organizou os seguintes gráficos: quantidade de homens e mulheres em cada turma, escolaridade dos homens, escolaridade das mulheres, idade dos homens e mulheres, respostas dos homens e mulheres, totalizando oito gráficos distintos em cada turma. A tabela abaixo apresenta os



12

dados coletados e contabilizados de todas as turmas. Ao todo foram entrevistadas 709 pessoas (313 homens e 396 mulheres).

Tabela 1 – Dados coletados por todos os discentes do segundo ano do ensino médio.

	Mulheres	Homens
IDADE		
Menos de 29 anos	8	6
29 a 40 anos	119	104
Mais de 41 anos	263	201
Não respondeu	6	2
ESCOLARIDADE		
Ensino Fundamental Incompleto	50	42
Ensino Fundamental Completo	42	32
Ensino Médio Incompleto	29	25
Ensino Médio Completo	146	107
Ensino Superior Incompleto	16	18
Ensino Superior Completo	66	51
Não respondeu	47	38
RESPOSTA		
Governo ditatorial	59	80
Governo democrático	326	226
Não respondeu	11	7
TOTAL	396	313

Fonte: elaboração conjunta da professora e dos alunos.

Para que a pesquisa não ficasse restrita a construção dos gráficos, foi solicitado que as respostas dos entrevistados que chamassem mais a atenção dos discentes fossem escritas para posterior discussão tanto dos resultados quanto das frases. Além disso, a ideia era montar um painel com os gráficos e as frases de cada turma para expor nos murais da escola de maneira que toda a comunidade escolar entrasse em contato com a atividade. Algumas frases escolhidas pelos jovens foram:

- Democracia, pois é um sistema de governo onde se tem liberdade e já na ditadura é um governo sem liberdade de expressão e autoritário;
- Prefiro o governo ditatorial, pois o povo não sabe aproveitar a liberdade que tem, confundindo liberdade com libertinagem, levando a sociedade a ficar pobre culturalmente, fazendo com que as crianças e jovens ouçam músicas desrespeitosas e convivam em ambientes de tráfico – considerando tudo isso liberdade;
- Prefiro o democrático. Pois pior que seja o governo não dá para reclamar muito, pois foi o povo que botou este presidente ou governador no cargo;
- Democracia, pois te dá voz perante a sociedade e te proporciona liberdade para participar das decisões políticas e civis;
- Ainda acho que existe um pouco de ditadura;
- Prefiro o governo democrático, pois nele o povo “tem voz” e pode usá-la para manifestar-se;

- Prefiro a ditadura, na época não havia tanta corrupção na política e havia maior investimento em saúde, segurança e o ensino era de melhor qualidade;
- Democrático, porque com a democracia todos os cidadãos podem participar escolhendo seus representantes que desenvolverão as leis.
- Ditatorial porque tínhamos mais segurança;
- Do jeito que está, acho que o democrático não dá certo, o povo não tem tanta opinião e nem sabe o que faz, com isso prefiro o ditatorial, talvez resolva e coloque ordem no povo.

O tempo de duração da atividade ao todo foi de um mês. Em sala de aula, a atividade ocupou seis períodos de cinquenta minutos cada. A divisão do tempo ficou organizada da seguinte maneira: um período para explicar as orientações da atividade, depois uma semana de prazo para que os discentes realizassem a pesquisa de campo. Após a coleta de dados, foram três períodos de contagem, construção dos gráficos e seleção das frases. Por fim, quando os painéis estavam prontos e expostos nos murais da instituição, utilizou-se mais dois períodos avaliando os resultados obtidos e debatendo as ideias de ditadura e democracia presentes nos painéis e nas entrevistas realizadas pelos discentes.

Imprevistos ocorreram durante a execução da atividade. Como pode ser observado na tabela, houve alunos que entrevistaram pessoas que nasceram depois de 1980. Houve quatorze respostas de pessoas com menos de vinte e nove anos. Também ocorreu de entrevistados não responderem todas as perguntas (ou dos jovens entrevistadores não anotarem ou perguntarem o que foi solicitado). Outro aspecto que ocorreu, e que não pode ser considerado imprevisto, pois sempre acontece em atividades escolares, é a participação parcial dos estudantes. Alguns alunos não participaram em nenhum momento da atividade, pois se houvesse a participação de todos, teríamos cerca de 1.050 entrevistas e não 709 respostas. Mesmo assim, a atividade foi um sucesso para quem optou por participar e gerou discussões até o final do ano letivo de 2014.

Pela análise do gráfico que contém as respostas das sete turmas, é possível perceber a predominância de resposta favorável ao governo democrático (cerca de 82% das mulheres e 72% dos homens). A maioria dos entrevistados terminou o ensino médio (cerca de 37% das mulheres e 34% dos homens), no entanto, é possível perceber que uma porcentagem pequena de entrevistados continuou os estudos depois de concluir a educação básica (aproximadamente 21% das mulheres e 22% dos homens).

O objetivo dessa atividade não era formar “pequenos historiadores” e nem “pequenos cientistas sociais” que soubessem como organizar uma pesquisa de opinião e analisá-la. A proposta era discutir os conceitos de ditadura e democracia a partir das memórias da ditadura civil-militar brasileira que estão disputando significados e enquadramentos na sociedade atual. Para visualizar essas batalhas de memórias com pessoas perto do cotidiano dos discentes, foi proposta essa atividade que contou com a participação dos professores de matemática e da maioria dos alunos do segundo ano do ensino médio da escola estadual de Porto Alegre (RS).

Enfim, é tarefa do professor de história estar aberto a debater esses passados e utilizar o espaço da sala de aula para discutir criticamente com jovens que, em sua maioria, não possuem outros espaços de reflexão que propiciem discursos distintos daqueles repassados pela mídia ou pelos familiares. Não é o objetivo desse trabalho ratificar a ideia de que o professor propaga “a verdade” e que qualquer outra pessoa fora do ambiente escolar esteja em uma posição inferior a opinião do professor. O objetivo é o debate, reflexão e construção de diálogos com os jovens, em busca da defesa dos direitos humanos e da democracia, respeitando os demais espaços de atuação e vivências dos discentes e promovendo o pensamento crítico para que a realidade seja refletida com maior profundidade por parte dos alunos.

Referências:

CHAVES, Eduardo S. **Os militares e a batalha pela memória da ditadura: "o golpe que virou revolução"**. IN: GALLO, Carlos A. & RUBERT, Silvania (org.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J (org.). **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GALLO, Carlos A. & GUGLIANO, Alfredo A. **Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil**. IN: GALLO, Carlos A. & RUBERT, Silvania (org.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GASPAROTTO, Alessandra & PADRÓS, Enrique Serra. **A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória**. IN: BARROSO, Vera Lucia M et all. (org.). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.

GIROUX, Henry. Punição da juventude e violência distópica: um desafio para professores na era do neoliberalismo globalizado. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 1, p. 14-23, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/15012/10921>> Acesso em: 21/05/2015

KEHL, Maria R. **Tortura e sintoma social**. IN: TELES, Edson & SAFATLE, Vladimir (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. IN: MARGULIS, Mario (Editor). La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre Cultura y Juventud..Buenos Aires: Biblos, 2008.

PEREIRA, Nilton M. O Ensino de História e o Presente. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 151-166, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/lhiste/o-ensino-de-historia-e-o-presente/>> Acesso em: 20/05/2015

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n° 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em: 19/05/2015

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para pesquisadores**. IN: REIS, Daniel et all. (org.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964 - 2004). Bauru: EDUSC, 2004.

RUBERT, Silvania. **“Para reconciliar, é preciso esquecer?”: reflexões sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil**. IN: GALLO, Carlos A. & RUBERT, Silvania (org.). Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

SCHMIDT, Benito B. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/download/5394/3051>> Acesso em: 18/05/2015

SEFFNER, Fernando. **Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do ensino de História**. IN: BARROSO, Véra Lucia M et all. (org.). Ensino de História: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010.